

# 29 DEZ 1996

# O dilema de 1997

**CORREIO BRASILEIRO**

**U**m dilema econômico de proporções inquietantes projeta-se sobre o próximo ano como um desafio à capacidade criativa e à disposição política do governo. É que a redução das elevadas taxas de desemprego só será viável pelo estímulo ao desenvolvimento. Mas o crescimento econômico supõe aumento das importações, circunstância que agravaria o déficit da balança comercial, estimado em torno de US\$ 5 bilhões até o final do exercício.

A elevação do Produto Interno Bruto (PIB) em 4%, prevista para 1997, fruto de um esforço sem repercussão nas contas externas, ficará abaixo dos ganhos de produtividade das empresas. Em consequência, o desemprego deverá manter-se no patamar admitido pelas estatísticas oficiais, isto é, entre 5 e 5,5%.

A desativação dos postos de trabalho poderá ocorrer ainda em maior escala na hipótese de incremento da automação na indústria. Desenha-se, assim, no horizonte uma situação social crítica, que se desdobra a partir da eliminação este ano de 173.333 empregos só no estado de São Paulo.

A intenção do governo de antecipar para meados de janeiro novo pacote de incentivos às exportações, segundo revela o ministro do Planejamento, Antonio Kandir, é um problema ainda submetido a elevado grau de controvérsia no nível ministerial. O novo elenco de medidas traria alguma forma de

subsídio, provavelmente de natureza fiscal, a fim de compensar setores ainda incapazes de competir de maneira vantajosa nos mercados internacionais.

Seja como for, a operação em estudo objetiva reequilibrar a balança comercial e, assim, assegurar reservas cambiais compatíveis com a necessidade de sustentar a estabilidade conquistada pelo Plano Real. O aumento das taxas de emprego viria como efeito colateral.

É quase certo, todavia, que estímulos às exportações com perfil de subsídio desencadeariam reações enérgicas da Organização Mundial de Comércio (OMC), além de criarem alguma sorte de conflito no âmbito do Mercosul. Vê-se, assim, que o caminho a seguir para reordenar a balança comercial e gerar alívio no mercado de trabalho é árduo e problemático.

A esperança de que a agenda social não atinja nível desesperador, caso se tornem inviáveis acertos na política de exportações, reside nos investimentos externos em unidades industriais novas, sobretudo no setor automobilístico. Para tanto, é indispensável redimensionar os atrativos internos, por meio da desmobilização do Estado como agente econômico e da redução dos encargos exigidos às empresas, sobretudo no tocante às obrigações fiscais. Significa dizer que o problema é político, pois exige vasta operação para obter do Congresso as reformas capazes de modernizar as estruturas institucionais do país.